

# As faculdades de medicina na I república



## CORPO

ESTADO, MEDICINA E SOCIEDADE EM TEMPO DA I REPÚBLICA

### MADALENA ESPERANÇA PINA

Doutorada em Ciências da Vida, ramo de História das Ciências da Saúde. Professora Auxiliar e Regente da cadeira de História da Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da UNL.

A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR, NA QUAL FOI INCLUÍDA A REFORMA DO ENSINO MÉDICO, FOI CONSIDERADA PELO REGIME IMPLANTADO A 5 DE OUTUBRO DE 1910 COMO UMA PRIORIDADE E UM INVESTIMENTO NACIONAL, NUMA DILIGÊNCIA BEM MARCADA NO TEXTO DO DECRETO DE 22 DE FEVEREIRO DE 1911:

“A Revolução Portuguesa de 5 de Outubro tem o dever de reformar os diversos ramos de ensino para chamar a Nação ao exercício da Democracia, pela difusão da cultura primaria; para educar pessoal dirigente, pela remodelação do ensino superior; e ainda para satisfazer de uma forma cabal as necessidades sociaes futuras e de ocasião, pelo aperfeiçoamento das escolas que preparam para o exercício dos serviços públicos e profissões liberaes. Dentro dessa vasta e profunda reforma do ensino não podia esquecer o Governo a reforma dos estudos médicos”.<sup>1</sup>

De facto, o ensino médico na Europa, e particularmente o percurso do ensino médico em Portugal, é bem mais antigo do que a República, mas é inegável o mérito de inovação e reformulação trazido pelas reformas pós-1910.

A primeira referência que Portugal tem da prática de ensino médico encontra-se na Idade Média, no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, onde uma pequena escola catedral transmitiu os primeiros ensinamentos.

O País seguiu a tendência do desenvolvimento das universidades europeias, sendo criada a primeira em 1290, em Lisboa, sob a designação de Estudo Geral. Ali, como em todas as universidades, a Medicina foi ensinada a par das outras três Faculdades, Direito, Teologia e Artes. Após a transferência da instituição para Coimbra e sua reinstalação em Lisboa, a Universidade portuguesa teve instalação definitiva em Coimbra, a partir de 1537<sup>2</sup>.

Por essa altura, já um novo foco de ensino surgia no Hospital Real de Todos os Santos, fundado em 1492 por ordem de D. João II<sup>3</sup>. Este foi um projecto ambicioso, inovador e de grande dimensão, instalado no espaço hoje ocupado pela Praça da Figueira, com fachada no actual Rossio. Arquitectónica e urbanisticamente, o Hospital marcaria Lisboa de forma única, apenas alterada com a recuperação da cidade após o terramoto de 1755. No entanto, a revolução que trouxe notou-se de forma pioneira ao nível da saúde, sendo uma instituição incontornável na História da Medicina e na História Hospitalar portuguesa. O novo hospital, ao jeito renascentista, impôs-se na dimensão e na organização, reunindo as várias instituições medievais de assistência que pontuavam Lisboa no apoio aos pobres, indigentes, leprosos, outros doentes e demais necessitados.

Nele se instalou também uma primeira “Aula de Anatomia”, cuja evolução nos leva ao percurso do ensino médico português. Isto porque a Aula não mais parou de crescer, tendo ali

<sup>1</sup> Decreto de 22 de Fevereiro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 45, de 24 de Fevereiro de 1911, p. 177.

<sup>2</sup> Em 1308, o Estudo Geral de Lisboa foi transferido para Coimbra, regressou a Lisboa em 1339 e, de novo, a Coimbra em 1354. Fixou-se na capital em 1377, onde se manteve até 1537, data da sua transferência definitiva para Coimbra, no reinado de D. João III (1521-1557).

<sup>3</sup> D. João II (1455-1495) e sua mulher, D. Leonor (1458-1525), foram monarcas com papel importante na história da saúde portuguesa. A par da fundação do Hospital Real de Todos os Santos, D. Leonor fundou o Hospital Termal das Caldas da Rainha, o primeiro hospital termal da Europa, em 1485, e a primeira Misericórdia, em 1498.

**CORPO****ESTADO, MEDICINA E SOCIEDADE  
EM TEMPO DA I REPÚBLICA**

passado um conjunto importante de anatomistas e cirurgiões, nacionais e estrangeiros. Oficialmente, a “Aula de Anatomia” seria criada em 1556, de cujo conjunto de mestres fizeram parte Duarte Lopes, Afonso de Guevara, António da Cruz ou António Ferreira.

Mais tarde, sob a designação de “Aula de Anatomia e Cirurgia”, nela leccionaram Chalbert Falconet, Monrava y Roca e Bernardo Santucci, especialmente vindos do estrangeiro para a transmissão de ensinamentos de Anatomia e Cirurgia. De facto, a preocupação com a designação deste núcleo de ensino prendia-se com a importância, ainda actual, do ensino prático e hospitalar, no qual os médicos, simultaneamente docentes, tinham acesso directo aos doentes e suas patologias. Era um meio privilegiado para o ensino e tinha como preocupação maior a Anatomia e a Cirurgia, consideradas as bases da Medicina.

O fim do Hospital Real de Todos os Santos foi ditado por um conjunto de factores que se prenderam com incêndios que o vitimaram, com uma certa decadência e com o terramoto que trouxe um novo arranjo urbanístico. Este, por sua vez, acabou com a vertente medieval da cidade e trouxe uma nova Lisboa ou, mais especificamente, uma nova Baixa pombalina, de ruas largas e arejadas e de grandes praças nas quais nasciam novos tempos.

Essa conjuntura lisboeta levou à transferência de doentes, médicos e também do núcleo de ensino para o Colégio de Santo Antão-o-Novo, colégio jesuíta forçosamente esvaziado pela expulsão daquela Ordem religiosa pelo Marquês de Pombal.

Nascia então, a partir de 1758, o Hospital Real de São José, baptizado em honra do monarca regente. A “Aula de Anatomia e Cirurgia” acompanhou a transferência da instituição e teve como vulto importante Manuel Constâncio.

Junte-se a esta conjuntura a reforma pombalina do ensino, demarcada pela importância dos novos estatutos do ensino da Medicina na velha Universidade de Coimbra, datados de 1772. De acordo com as novas premissas, o ensino médico perdia o seu eventual teor retrógrado. As ancestrais ideias de Galeno davam lugar, à semelhança do que se passava em toda a Europa, às novas ideias de Boerhaave. O ensino médico ficou ligado à prática anatómica, já presente no núcleo de Lisboa, tornando-se essencial a existência de um teatro anatómico, um dispensário farmacêutico, um jardim botânico e, ainda, um museu de História Natural.

Estes elementos tinham como referência os conselhos inovadores do italiano Domingos Vandelli e de Ribeiro Sanches. Este médico, de origem judaica, saiu do País e acabou por frequentar as aulas de Boerhaave em Leiden. Foi uma das figuras mais importantes da Medicina portuguesa, que deixou como obras de referência o *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, de 1756, obra de saúde pública escrita a pedido do Marquês de Pombal no contexto da reconstrução pombalina, e o *Método para Aprender e Estudar a Medicina*, de 1763. Nesta última se terá inspirado também a reforma pombalina do ensino médico, já que Ribeiro Sanches defendia a ideia de um ensino moderno, prático, acima de tudo baseado na experiência.

Um outro núcleo de ensino médico surgiria a partir de 1808 no Brasil, com a transferência da Corte, forçada pela conjuntura das Invasões Francesas. Foram criadas a Escola de Medicina da Baía, em São Salvador, e a Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, integrada no Hospital da Misericórdia, no Rio de Janeiro.

A partir de 1825, por ordem régia de D. João VI e influência do cirurgião-mor Teodoro Ferreira de Aguiar, passaram a existir em Lisboa e no Porto as Escolas Régias de Cirurgia, a funcionar no Hospital Real de São José e no Hospital de Santo António, respectivamente. O ensino era organizado em cinco anos e tinha indubitavelmente um cariz mais científico.

Onze anos depois, em 1836<sup>4</sup>, as Escolas Régias de Cirurgia foram extintas e deram origem às Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. Para a sua instalação na capital, foi atribuído o antigo convento existente na cerca do São José, junto à fachada norte do edifício central. No Porto, funcionou no Hospital de Santo António até 1883, vindo a ser instalada num edifício independente, antiga “casa do brasileiro”. O currículo manteve-se igual ao anterior, mas foram acrescentadas novas cadeiras. Além de Lisboa e do Porto, foram criadas Escolas Médico-Cirúrgicas no Funchal<sup>5</sup>, em 1836, e em Nova Goa, em 1847, oficializando os estudos instituídos pelo conde das Antas em 1842.

O ano de 1906 representou um ponto de viragem na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. O seu edifício estava decrépito, como assinalava a imprensa da época. A *Ilustração Portuguesa*<sup>6</sup> descrevia a velha Escola como um “pardião de dois andares” na qual “durante quase um século se fabricaram grandes médicos e grandes homens”. A crítica ia ao ponto de afirmar que “nunca um barracão foi mais fecundo de génios”. Em 1891, António Cândido, então ministro do Reino, autorizou a construção de um novo edifício que albergasse a Escola, no terreno anteriormente ocupado por uma Praça de Touros, a sul do Campo de Santana.

Após demoradas obras, de conclusão agilizada por Miguel Bombarda para a realização do XV Congresso Internacional de Medicina, de que foi secretário, o novo edifício foi inaugurado simbolicamente para este evento. No periódico mencionado, a chegada ao novo edifício resultava numa boa experiência: “galgar ao Campo de Sant’Anna e ver a nova Escola de Medicina. Faz bem ao espírito. É uma renovação, é um banho d’ar puro (...) bello edificio, sólido documento d’arte”<sup>7</sup>. O Congresso realizou-se com grande sucesso científico e cultural. O novo edifício ficou vazio, já que a Escola Médico-Cirúrgica não se chegou a instalar no Campo de Santana.

A implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, trouxe a reforma do ensino médico e, como consequência, a elevação das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto a Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto. Em Novembro de 1910, era extinta por decreto a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal<sup>8</sup>. A Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa manteve-se em funcionamento, oficialmente, até 1963.

Nas Faculdades de Medicina da I República, em Lisboa, Coimbra e Porto, importava inovar, cortar com o passado, modernizar o ensino e torná-lo, acima de tudo, prático. Na legislação aprovada, era referido ser “impossível pôr de parte o velho vício da theorização exagerada e descuramento da pratica profissional (...) em todas as cadeiras o ensino pratico constituirá a parte fundamental”<sup>9</sup>. Com esta componente prática, pretendia-se preparar o aluno e dar-lhe “meios próprios de investigação, de o adestrar no seu manejo, de o familiarizar com o seu emprego até que se habilite a servir-se de todos os meios alcançáveis na descoberta da verdade”<sup>10</sup>. Pretendia-se que as Faculdades fossem “escolas de instrução médica e centros activos de producção scientifica”<sup>11</sup>.

<sup>4</sup> A criação das Escolas Médico-Cirúrgicas está contida no Decreto de 29 de Dezembro de 1836.

<sup>5</sup> O Funchal tem antecedentes relacionados com o ensino médico. Em 1816, foi criada uma “Aula Médico Cirúrgica” pelo Regimento do Hospital de Santa Isabel, anexa ao mesmo.

<sup>6</sup> *Ilustração Portuguesa*, “A velha e a nova escola médica”, 2.ª série, n.º 4, 19 de Março de 1906, p. 122.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> Decreto de 11 de Novembro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 36, 11 de Novembro de 1910.

<sup>9</sup> Decreto de 22 de Fevereiro de 1911. *Diário do Governo*, n.º 45, de 24 de Fevereiro de 1911, p. 178.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> *Idem*.

**CORPO****ESTADO, MEDICINA E SOCIEDADE  
EM TEMPO DA I REPÚBLICA**

<sup>12</sup> *Idem*, p. 180.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 179.

<sup>14</sup> No texto, a expressão utilizada é “tirocínio complementar”, compreendendo um período de “tres meses de internato numa Clínica medica e nove meses de internato em qualquer Clínica geral ou especial, á escolha dos alumnos”, *Idem*. Hoje é utilizada a designação de internato médico.

<sup>15</sup> Decreto de 27 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, n.º 100, de 1 de Maio de 1911.

A reforma alterou o estatuto dos docentes, nomeadamente os seus critérios de selecção, enalteceu a investigação científica e alterou a estrutura da formação médica, que “partia de uma mais larga preparação biológica”, dando “maior cuidado e atenção ás clínicas geraes, Medica, Cirúrgica e Obstétrica, especialidades clínicas e altos estudos de investigação scientifica”<sup>12</sup>.

A organização da hierarquia docente era feita com base em lentes catedráticos e lentes substitutos. A reforma aboliu esta organização, passando a existir professores ordinários, professores extraordinários, primeiros assistentes e segundos assistentes. Foram introduzidos os professores livres, que tinham como vantagem não sobrecarregar o financiamento do sistema de ensino, por serem “directamente remunerados pelos alumnos”, constituindo “uma garantia pelo estímulo que alimentam”<sup>13</sup>.

O curso de Medicina estava organizado em três ciclos. O primeiro incluía as cadeiras básicas como Física e Química Biológicas, Ciências Histórico-Naturais, Biologia, Anatomia, Histologia, Fisiologia, Bacteriologia, Parasitologia, Anatomia e Fisiologia Patológicas e Farmacologia. No segundo ciclo, leccionado nos hospitais e outros estabelecimentos anexos ao ensino, eram ensinadas a Propedêutica Médica e Propedêutica Cirúrgica, Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, Terapêutica, Clínica Obstétrica, Especialidades Médicas e Cirúrgicas, Higiene e Medicina Legal. Finalmente, o terceiro ciclo, de aprendizagem prática complementar<sup>14</sup>, tinha como objectivo a redacção de uma tese original que completava a formação do futuro médico. No texto da reforma, a expressão utilizada era “tirocínio complementar”, compreendendo este um período de “tres meses de internato numa Clínica medica e nove meses de internato em qualquer Clínica geral ou especial, á escolha dos alumnos”. A tese final, por sua vez, completava o curso, conferia o título de doutor em Medicina e Cirurgia e capacitava para o exercício clínico. Tudo isto numa formação humanista, que tinha o doente e a investigação científica como objectivos de maior relevância.

As disciplinas leccionadas, num total de trinta e seis, eram organizadas em dois grandes grupos, e a duração mínima do curso era de doze semestres, correspondendo a um período de seis anos e não de cinco, como vinha sendo habitual. Os chamados “preparatórios médicos” deixaram de existir, sendo as disciplinas de Física, Química Biológica e Física Biológica integradas no curso. Para serem admitidos, os candidatos às Faculdades de Medicina deveriam ter 16 anos, certificado de registo criminal e o comprovativo da conclusão do curso de Ciências no Liceu.

As três Faculdades de Medicina funcionavam, até pelo lado prático do seu ensino, com o apoio dos hospitais, tendo-lhes sido anexadas pedagogicamente instituições hospitalares. Esta situação verificava-se no ensino das cadeiras clínicas. As cadeiras básicas eram leccionadas na Faculdade, em Institutos próprios criados para o efeito.

Deste modo, em Coimbra o ensino era levado a cabo nos Hospitais da Universidade. Estes tinham sido reformulados pelo Decreto de 27 de Abril de 1911<sup>15</sup>, passando a funcionar como hospitais escolares da Faculdade de Medicina. A Faculdade de Medicina do Porto tinha o ensino clínico sediado no Hospital de Santo António, estando também apoiado pelo Instituto de Higiene e pela Morgue.

Em Lisboa, a política de anexação trouxe um fenómeno único que, conjugado com os pontos de referência históricos do ensino médico, originou a chamada Colina da Saúde.

Se imaginarmos um percurso a começar no local onde existiu o Hospital Real de Todos os Santos, temos a base da colina que ascende pelo Hospital de São José, ainda em pleno funcionamento. Daí alcança-se o Campo de Santana, que albergou a Faculdade de Medicina entre 1911 e 1954. Pelo caminho, encontramos três anexos do São José, hospital que, pelo seu crescimento, foi exercendo desde cedo uma política de anexação de velhos edifícios, alguns deles conventuais<sup>16</sup>. Trata-se de um conjunto de serviços que, pelo Decreto n.º 126, de 9 de Setembro de 1913<sup>17</sup>, recebeu a designação de “Hospitais Civis de Lisboa”.

Na proximidade do edifício da Faculdade, onde desde 1977 está instalada a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa<sup>18</sup>, encontramos as instalações do Instituto de Medicina Legal, anteriormente designada por Morgue. Na envolvente, encontramos um conjunto de instituições anexadas pedagogicamente à Faculdade de Medicina.

O Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, fundado em 1892 no edifício de São José sob a designação de Instituto Real Bacteriológico, já depois de instalado em edifício próprio foi anexado à Escola Médico-Cirúrgica em Novembro de 1910<sup>19</sup>. Nele decorreram as primeiras aulas de Bacteriologia e Parasitologia da Escola de Medicina Tropical, criada pelo Decreto de 24 de Abril de 1902.

O Instituto Central de Higiene, que teve no Campo de Santana as suas segundas instalações e que daria posteriormente origem ao Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, foi criado em 1901 e anexado pedagogicamente à Faculdade de Medicina em Abril de 1911. Na mesma data, foi anexado o Instituto de Oftalmologia de Lisboa, actual Instituto Gama Pinto, também ele com instalações próximas da Faculdade<sup>20</sup>.

A colina contava ainda com o Hospital dos Capuchos e da Estefânia e também com duas instituições relevantes para o contexto da I República, o Hospital de Santa Marta e o então Manicómio Bombarda.

O Decreto de 11 de Abril de 1911 estabeleceu a assistência aos doentes psiquiátricos, criando, para o efeito, sete manicómios e dez colónias agrícolas. Os primeiros tinham a tipologia organizada em manicómios regionais, criminais, de asilo e de ensino. Estes últimos, também designados por clínicas psiquiátricas, foram anexados às Faculdades de Medicina como complemento para o ensino da Psiquiatria.

No Porto, o ensino da Psiquiatria tinha lugar no Manicómio do Conde de Ferreira. Em Coimbra, tinha o apoio do Manicómio Sena, já criado como hospital psiquiátrico dependente da Faculdade de Medicina. Em Lisboa, aquele ramo de ensino apoiava-se no Hospital de Rilhafoles, antiga instituição para alienados, também ele incluído no núcleo da Colina da Saúde e já designado por Manicómio Bombarda<sup>21</sup>. Esta instituição não chegou a integrar o grupo dos Hospitais Civis de Lisboa<sup>22</sup>.

Descendo a colina, chegamos a um outro hospital dos Civis, hoje conhecido como Hospital de Santa Marta. Instalado num antigo convento com longa história, foi, depois da reforma hospitalar promulgada por Hintze Ribeiro em 1901, “cedido à administração do Hospital de S. José a fim de serem feitas as modificações necessárias”<sup>23</sup>. Tornava-se fundamental, de acordo

<sup>16</sup> O conjunto dos Hospitais Civis era composto por sete hospitais: São Lázaro, anexado em 1844, Desterro, anexado em 1857, Arroios, anexado em 1892, Estefânia, inaugurado em 1887, Rego/ Curry Cabral, inaugurado em 1906, Santa Marta, em funcionamento a partir de 1910, e Capuchos, inaugurado em 1928.

<sup>17</sup> Pelo referido Decreto, passaram a “autónomos os serviços dos hospitais civis. Regem-se pelo regulamento em vigor de 24 de Dezembro de 1901. As direcções clínica, higiênica e farmacêutica por uma comissão medica”, in *Anuário da Universidade de Lisboa, ano lectivo 1915-1916*, 2.ª parte, Lisboa, Livraria Ferin, 1917, p. 104.

<sup>18</sup> O excesso de alunos levou, após a instalação da Faculdade no edifício de Santa Maria, em 1954, à reocupação do edifício do Campo de Santana, em 1973, para a instalação de uma extensão da Faculdade de Medicina. Essa extensão daria origem à criação do Instituto de Ciências Biomédicas de Lisboa, em 1975, e, em 1977, à criação da Faculdade de Ciências Médicas, enquanto unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>19</sup> 12 de Novembro de 1910, *Diário do Governo*, n.º 34, de 14 de Novembro de 1910.

<sup>20</sup> Anexações expressas no Decreto de 6 de Abril de 1911, *Diário do Governo*, n.º 81, de 8 de Abril de 1911.

<sup>21</sup> Designação dada em homenagem a Miguel Bombarda, seu director e eminente figura médica portuguesa.

<sup>22</sup> Nesta conjuntura surgem, em 1912, os primeiros planos para um novo manicómio em Lisboa, idealizado por Júlio de Matos.

<sup>23</sup> António Barros Veloso e Isabel Almasqué, *Hospitais Civis de Lisboa. História e Azulejos*, Edições Inapa, 1996, p. 38.

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> *Idem.*, p. 39.

<sup>26</sup> Decreto de 22 de Fevereiro de 1911, *Diário do Governo*, n.º 45, de 24 de Fevereiro de 1911, p. 179.

<sup>27</sup> *Idem.*

com a referida reforma, a construção de novos hospitais. As obras terminaram em 1908, sendo o novo hospital considerado como um "dos melhores e mais bem apetrechados de Lisboa"<sup>24</sup>.

Nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, através de Decreto datado de 13 de Setembro, este Hospital, então designado por Hintze Ribeiro, foi entregue à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, para complemento do ensino clínico. Com a chegada da República e consequentes reformas, passou a ser designado como "Hospital Escolar da Faculdade de Medicina de Lisboa"<sup>25</sup>.

Assim se organizava a união entre as Faculdades de Medicina e as instituições hospitalares que tinham um papel importante no ensino médico. Os docentes das Faculdades, por sua vez, eram simultaneamente assistentes hospitalares, numa tendência que se manteve até aos nossos dias.

Nesse contexto, merecem referência alguns nomes importantes de médicos contratados como elementos do corpo docente, durante os primeiros anos da I República, como Mark Athias, Aníbal de Bettencourt, Sílvio Rebelo Alves, António Caetano de Abreu Freire (Egas Moniz), Caetano António Gama Pinto, Augusto Celestino da Costa, Henrique de Vilhena, José Sobral Cid, Júlio de Matos e Francisco Branco Gentil, alguns deles pertencentes ao grupo que ficou conhecido por Geração de 1911.

Este último foi o responsável pela criação do Instituto Português de Oncologia, em 1923, então designado por Instituto Português para o Estudo do Cancro. Foi um marco institucional significativo no combate à doença, cuja génese se encontra nos resultados científicos legados pelo XV Congresso Internacional de Medicina, realizado em 1906 no então inaugurado edifício da Faculdade de Medicina, no Campo de Santana.

Com a nova reforma do ensino médico, a República cortou com o passado, por se considerar prioritário "pôr de parte o velho vício da theorização exagerada e descuremento da prática profissional"<sup>26</sup>. De facto, a principal vertente estava na componente prática da formação médica: "mal se compreende que pela lei e pratica vigente o alumno passe a maior parte do anno fora dos hospitaes, indo ahi tirocinar nos dois ou tres últimos annos"<sup>27</sup>.

A reforma abrangeu as três Faculdades de Medicina, sendo nela expressa a importância do valor da cidadania. Talvez essa componente tenha representado o seu valor mais interessante, na medida do valor do desempenho do médico no seio da sociedade. No entanto, este não era um dado novo, atendendo a que essa presença teve, de forma mais ou menos evidente, um significativo peso no contexto social.

O que as três Faculdades de Medicina adquiriram a partir de 1911, com a reformulação do sistema, foi o sentido de inovação no que respeita à componente prática. Esta teve expressão no contacto dos alunos com instituições complementares do ensino, nas quais contactavam com os doentes, as suas patologias e os seus processos de cura. Do mesmo modo, a nova reforma trouxe estímulo à investigação científica, que se pretendia constituir um objectivo de excelência das Faculdades de Medicina.

As inovações verificadas não impediram posteriores modificações. Para a apreciação destas, foram nomeadas sucessivas comissões cujo desempenho culminou, em 1918, com a reorganização geral do ensino nas Faculdades de Medicina.

Da I República aos dias de hoje, grandes mudanças e evoluções se verificaram nas Faculdades de Medicina, que aumentaram em número e em coeficiente de alunos. As Faculdades de Medicina, além do ensino, permanecem hoje como importantes meios de investigação científica.

#### BIBLIOGRAFIA

AAVV, *História de Portugal* (coord. Rui Ramos), Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.  
*Anuário da Universidade de Lisboa*, ano lectivo 1915-1916, 2.ª parte, Lisboa, Livraria Ferin, 1917.  
 PINA, Madalena Esperança, *Traços da Medicina na Azulejaria de Lisboa*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.  
 VELOSO, António Barros e ALMASQUÉ, Isabel, *Hospitais Cívicos de Lisboa, História e Azulejos*, Edições Inapa, 1996.  
 VILLARINHO, Luísa, *Um Médico no Chiado, Dr. Villarinho Pereira (1879-1948)*, Lisboa, 2003.

#### PERIÓDICOS E LEGISLAÇÃO

*Diário do Governo*, n.º 34, de 14 de Novembro de 1910.  
*Diário do Governo*, n.º 36, de 11 de Novembro de 1910.  
*Diário do Governo*, n.º 45, de 24 de Fevereiro de 1911.  
*Diário do Governo*, n.º 81, de 8 de Abril de 1911.  
*Diário do Governo*, n.º 100, de 1 de Maio de 1911.  
*Ilustração Portuguesa*, "A velha e a nova escola médica", 2.ª série, n.º 4, 19 de Março de 1906.

#### SÍTIOS DE INTERNET

[http://sigarra.up.pt/fmup/web\\_page.Inicial](http://sigarra.up.pt/fmup/web_page.Inicial)